

Terça-feira, 26 de maio de 1992

## Panorama Político

# Opções no Congresso

Os líderes políticos começaram a desembarcar ontem à noite em Brasília, depois de demorados telefonemas trocados desde domingo para avaliar a crise provocada pelas denúncias de Pedro Collor. De certo, até agora, apenas a reunião conjunta dos líderes para discutir a convocação da CPI.

A maioria dos governadores está contra a transferência para o Congresso de uma ação que, acham, deve ser aberta pela Procuradoria Geral da República. Três presidentes de partido — do PMDB, do PT e do PSDB — conversaram sobre o assunto. Apenas um deles, Orestes Quércia, alegou não ter ainda posição firmada.

Da Bahia, o governador Antônio Carlos Magalhães está repetindo:

— Se eu fosse parlamentar, não subscreveria.

Esse conselho ele repetiu inclusive ao seu amigo José Sarney.

Os líderes do Governo, reunidos ontem à noite com o mi-

nistro Bornhausen, examinaram todas as hipóteses que poderão ser levantadas hoje no Congresso.

— O Governo não pode impor uma determinação ao Congresso, mas também não pode ser acusado de omissão, quando o próprio presidente vem a público se colocar à disposição do Ministério da Justiça e da Procuradoria Geral — resumiu o deputado Humberto Souto.

Não conseguindo demover o Congresso, as lideranças do Governo poderão recorrer a uma fórmula intermediária: aceitar a sugestão de se criar uma comissão especial para acompanhar os trabalhos da Procuradoria e do Ministério da Justiça. Mas, até isso com a ressalva ouvida durante a reunião no Palácio do Planalto:

— Será que homens de reconhecida integridade, como Célio Borja e Aristides Junqueira, devem ser colocados sob essa suspeita? — indagou um líder.